

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 26 DE JANEIRO
DE 2023 – N.º 2/2023 - MANDATO 2021 – 2025**

--- Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2021/2025, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos Senhores Vereadores Jorge Manuel Claudino de Freitas, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, João Pedro Costa Arraiolos e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

--- A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte: -----

Ponto 01 – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 12 de janeiro de 2023 – N.º 1/2023 – Mandato 2021 – 2025. Para Deliberação. -----

Ponto 02 – Proposta de Atribuição de Subsídio - Jornadas Mundiais da Juventude 2023. Para Deliberação. -----

Ponto 03 – Proposta de Fundo de Maneio para a CPCJ de Alpiarça - Exercício 2023. Para Deliberação. -----

Ponto 04 – Proposta de Abate de Bens de Imobilizado. Para Deliberação. -----

Ponto 05 – Proposta de Atribuição de Subsídio à Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro Carnaval 2023. Para Deliberação. -----

--- ABERTURA DA REUNIÃO -----

--- A reunião foi aberta pela Senhora Presidente da Câmara, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes,

eram nove horas e quarenta minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia vinte e seis'« de janeiro de dois mil e vinte e três, com um total de disponibilidades de 1.851.698,57 euros (um milhão, oitocentos e cinquenta e um mil, seiscentos e noventa e oito euros e cinquenta e sete cêntimos).

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- A senhora Presidente iniciou o período antes da ordem do dia, dando a palavra aos Vereadores. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e disse que tinha conhecimento que tinha havido uma reunião com os Bombeiros Municipais, para abordar algumas situações relacionadas com o senhor Comandante dos Bombeiros Municipais, nomeadamente, queixas destinadas a denegrir a própria pessoa e a sua função, e como tal, questionava se da reunião tinha resultado alguma medida para diminuir aquele comportamento, que nada tinha a ver com o respeito e o funcionamento daquilo que era uma instituição presente no Concelho e extremamente importante, sob a alçada do Município. Referiu ainda, que tinham surgido algumas queixas relacionadas com as refeições escolares, em particular relacionadas com a quantidade e qualidade das mesmas, pelo que pretendia saber se tinha havido acompanhamento da situação por parte do Município. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes, e questionou se as luzes de Natal da rotunda da Albufeira dos Patudos já tinham sido retiradas, porque havia bem pouco tempo ainda lá permaneciam e estavam acesas, bem como os outdoors a anunciar o Mercado de Natal. Questionou ainda, se tinha havido a reunião com o senhor Ministro da Saúde em relação à falta de médicos no Centro de Saúde de Alpiarça. -----

--- Interveio a senhora Presidente referindo que, a reunião com os Bombeiros Municipais se prendia com o facto de ter chegado à Câmara Municipal uma carta anónima, na qual no final era referido que a mesma tinha sido subscrita por vinte e sete elementos da corporação, mas não constava nenhuma assinatura. Disse que, antes de chegar à Câmara Municipal, a carta tinha chegado à comunicação social, dando conta de um conjunto de considerações negativas sobre o Comandante dos Bombeiros, e sobre a situação que se passava nos Bombeiros Municipais, designadamente com o propósito muito objetivo de visar o Comandante. Referiu, que na sequência da chegada daquela carta, tinha tido uma conversa com o senhor Comandante dos Bombeiros, e posteriormente com os restantes Bombeiros da Corporação, no sentido de dar conhecimento da carta a quem dela não tinha conhecimento, tendo sentido que na sala havia uma

discordância global com o teor da carta. Disse que não era do interesse do senhor Comandante, nem da Corporação dar importância àquele tipo de cobardia, que era atacar os outros a coberto do anonimato, e portanto, tinha procurado saber junto dos Bombeiros quais as questões que consideravam que corriam menos bem, e aquelas que estavam visadas na carta de uma maneira exagerada ou despropositada. Explicou, também, que tinha tentado procurar perceber se aquelas situações, que ali eram relatadas correspondiam minimamente à realidade. Referiu, que todos os elementos da Corporação tinham referido que não se reviam no teor da carta, e nessa sequência tinha tomado diligências, no sentido de ter uma conversa com o senhor Comandante e com o senhor segundo Comandante, dado que tinha sentido na reunião alguma desestabilização relativamente à relação entre o Comando e a restante Corporação. Frisou, que tinha uma reunião agendada com o senhor Comandante e o senhor segundo Comandante, em simultâneo, para perceber se havia algumas alterações relativamente ao próprio funcionamento dos Bombeiros, que pudessem amenizar algumas das situações que tinham sido colocadas. Relativamente às luzes de Natal, salientou que já tinham sido retiradas havia algum tempo, bem como os outdoors que já tinham sido substituídos pelos que anunciavam o curso carnavalesco. Disse, que as luzes tinham permanecido no local aquele tempo, porque as estruturas eram colocadas por empresas e, normalmente, era no timing delas que as vinham retirar, embora a Câmara Municipal tivesse insistentemente solicitado que fossem retiradas. Relativamente à reunião com o senhor Ministro da Saúde, referiu que tinha tido oportunidade de tratar de um conjunto de assuntos, para além daquele que era o mais preocupante, que tinha a ver com a carência de médicos, e pediu autorização aos senhores Vereadores para dar conta do resultado daquela reunião somente na reunião de Câmara seguinte, porque ainda não tinha conversado com a Doutora Mariana Sequeira, pelo que gostaria de tratar aquele assunto primeiro com a mesma, sendo que, havia um conjunto de propostas que visavam resolver aquela questão a curto/médio prazo e, outras que tinham um alcance no tempo mais distendido, mas iria depender muito daquilo que conseguissem articular com a USF. Relativamente à falta de profissionais, salientou não era algo que se conseguia suprir de um momento para o outro, mas havia algumas medidas que poderiam ser adotadas e o próprio Município tinha a necessidade de atuar, no sentido de colaborar na resolução daquele problema que afetava a população. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu referindo que, relativamente às refeições escolares, tinham feito uma monitorização constante e nos últimos quinze dias tinham reforçado, diariamente, as ações de monitorização com elementos quer do gabinete de Educação, quer de outros gabinetes do Município, para terem uma opinião mais alargada, sem ser restrita apenas ao Gabinete de

Educação. Disse, que os técnicos se tinham deslocado, diariamente, quer à Escola EB1/JI, quer à EB2,3/S para almoçar, de forma a fazer um levantamento daquilo que era necessário alterar, sendo que em termos de quantidade não tinha havido qualquer reparo, até porque muitas vezes os alunos voltavam a repetir, principalmente, o segundo prato. Frisou, que continuavam a ter o problema com os pais que não requisitavam as refeições devidamente, o que fazia com que tivessem que estar constantemente a confeccionar mais refeições, prevendo que algumas podiam vir a ser necessárias. -----

--- **Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:** -----

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **Ponto 01 – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 12 de janeiro de 2023 – N.º 1/2023 – Mandato 2021 – 2025.** -----

--- **Deliberação:** A proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 12 de janeiro de 2023 – N.º 1/2023 – Mandato 2021 – 2025, foi aprovada por unanimidade depois das alterações efetuadas. -----

--- **Ponto 02 – Proposta de Atribuição de Subsídio - Jornadas Mundiais da Juventude 2023.** -----

--- A Senhora Presidente deu conta da proposta que se transcreve: *“Atribuição de Subsídio - Jornadas Mundiais da Juventude 2023 Considerando que: * As Jornadas Mundiais da Juventude - JMJ é um evento da Igreja Católica que promove o encontro de jovens de todo o mundo com o Papa e aberto a jovens crentes de outras religiões e confissões cristã e não crentes; * Este evento em 2023 realiza-se em Portugal e trará ao nosso país milhares de jovens de todo o mundo; *O Comité Organizador Paroquial de Alpiarça - COP - Alpiarça, tem o objetivo de organizar no Conselho de Alpiarça, a preparação para o acolhimento em regime de pernoita, fornecimento de pequenos-almoços e disponibilidade de transportes, dos jovens peregrinos de todo o mundo, que vêm participar na Jornada Mundial da Juventude Lisboa 2023, durante a semana de 01 a 06 de agosto de 2023; * Está também prevista a possibilidade da realização de várias atividades de carácter lúdico, cultural, desportivo; * De acordo com o Plano de Ação para preparar toda a logística necessária (meios e recursos) até à semana anterior à realização do evento, é necessário atuar em alguns domínios, tais como: - Comunicação: que consiste na divulgação, informação e ações de sensibilização; - Voluntariado: que diz respeito à angariação ativa de jovens com mais de 15 anos de idade; - Logística: relativa às tarefas de definir e registar os locais de acolhimento coletivo, organizar os meios de transporte entre a estação de comboios da Ribeira de Santarém e Alpiarça, bem como a angariação ativa de Famílias de Acolhimento, dispostas a receber nas suas casas jovens peregrinos, em regime de pernoita, pequeno-*

almoço e transporte;

** Todas as ações preparatórias envolvem custos financeiros destinado à aquisição de materiais de divulgação e vestuário identificativo para uso dos Jovens voluntários; * O COP – Alpiarça, solicitou um apoio monetário destinado a colmatar alguns dos custos. Proponho Que a Câmara Municipal de Alpiarça, no uso da competência prevista nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, delibere aprovar a atribuição de um subsídio no montante de 1.000,00 € (mil euros) à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo Eustáquio, destinado ao COP – Alpiarça e de forma a minimizar os custos da atividade. A Vereadora Margarida Rosa do Céu.” -----*

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu, referiu que as jornadas eram um evento que promovia o encontro de jovens de todo o mundo com o Papa, sendo abertas a jovens crentes, jovens de outras religiões e confissões cristãs e jovens não crentes, sendo que no corrente ano o evento se iria realizar em Portugal, o que traria milhares de jovens de todo o mundo ao nosso país. Disse, que tinham sido contactados pelo Comité Organizador Paroquial de Alpiarça (COP), que tinha feito um levantamento exaustivo relativamente ao pedido de patrocínios, e tinham apresentado uma proposta cujo valor era de mil duzentos e setenta e dois euros e trinta e um cêntimos. Explicou que o Executivo tinha entendido, em colaboração com a Junta de Freguesia, atribuir um subsídio de mil euros, de forma a minimizar os custos da atividade. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que em relação ao apoio estavam a falar de um conjunto de pessoas do Concelho, que estavam a colaborar num evento a nível nacional de grandes dimensões e, portanto, não havia qualquer tipo de objeção em apoiar a iniciativa. Disse, que o apoio seria de 100%, e que o critério também devia ser usado noutro tipo de solicitações que fossem feitas e noutros âmbitos, sendo que o papel do Estado naquele evento estava bastante sobredimensionado em relação à própria Igreja Católica. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que era um evento mundial que envolvia centenas de milhares de jovens de todo o mundo, incluindo jovens portugueses e, portanto, a perspetiva do Município era somente apoiar a iniciativa no Concelho e, sobretudo, os jovens e as famílias que se tinham envolvido naquele evento de uma forma muito direta, acolhendo os jovens e de alguma maneira também projetando a imagem do Município e, portanto, aquela opção era no sentido de valorizar o envolvimento da comunidade relativamente aquela atividade. Relativamente aos critérios, disse que poderiam sempre estabelecer critérios, mas depois podia não haver capacidade total para os cumprir, e portanto, era necessário ter algum cuidado quando se delineavam critérios, até porque gostariam de conseguir apoiar

todos os eventos a 100%, ou pelo menos aqueles que se justificava do ponto de vista da sua dimensão e do impacto social, desportivo, cultural. Disse que havia muitas solicitações, e com montantes a que o Município, por vezes, não conseguia fazer face, e para eventos que tinham muito menos impacto e, portanto, a análise que procuravam fazer era de introduzir justiça quando correspondiam ao solicitado. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Atribuição de Subsídio - Jornadas Mundiais da Juventude 2023, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 03 – Proposta de Fundo de Maneio para a CPCJ de Alpiarça - Exercício 2023.** -----

--- A senhora Presidente apresentou a seguinte proposta: *“Fundo de Maneio para a CPCJ de Alpiarça - Exercício 2023 Considerando que: - De acordo com a alínea a) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, um dos apoios financeiros que o Município tem que dar à CPCJ é de um fundo de maneio, destinado a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação das comissões de proteção junto das crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto, de acordo com os termos de referência a definir pela Comissão Nacional; - Nos termos dos artigos 58.º a 62.º da Norma de Controlo Interno, aprovada por deliberação tomada em reunião de Câmara de 22 de setembro de 2022 poderá ser criado um fundo de maneio; - Conforme decorre do disposto no artigo 60.º da Norma de Controlo Interno “1 - Compete ao Órgão Executivo deliberar anualmente, no início de cada ano, a constituição do fundo de maneio (...)”; PROPONHO Que a Câmara Municipal, no uso das competências supra mencionadas, delibere aprovar a Constituição de Fundo de Maneio para o Exercício de 2023, com efeitos reportados a 1 de Janeiro e terminus a 31 de dezembro do presente ano de 2023, no montante total de € 52,00 (cinquenta e dois euros), sendo responsável pela sua posse e guarda a Técnica Superior Vanessa Isabel Henriques Teodoro Nalha, nos seguintes termos: a) Na orgânica e rubrica 04 - 02.01.05 – Alimentação – refeições confeccionadas, no valor de 26,00€ (vinte e seis euros); b) Na orgânica e rubrica 04 - 02.02.10 – Transportes, no valor de 26,00€ (vinte e seis euros); c) A reconstituição do Fundo de Maneio será mensal contra a entrega dos documentos justificativos das despesas e a sua reposição ocorrera, obrigatoriamente, até ao último dia de cada mês. A Vereadora Margarida Rosa do Céu”.* -----

--- A senhora Presidente referiu, que era importante criar-se um Fundo de Maneio, de modo a que houvesse capacidade para responder a algumas necessidades mais emergentes, relativamente à alimentação ou transportes. Disse, que o que se propunha era que fosse constituído um Fundo de Maneio, num montante total de cinquenta e dois euros, sendo responsável pela sua posse e guarda a Técnica Superior Vanessa Isabel Henriques Teodoro Nalha, nos seguintes termos: na rubrica 04 - 02.01.05 – Alimentação – refeições confeccionadas, no valor de vinte e seis euros e, rubrica 04 - 02.02.10 – Transportes, no valor de vinte e seis

euros. Frisou, que a reconstituição do Fundo de Maneio seria mensal contra a entrega dos documentos justificativos das despesas e da sua reposição e a sua reposição ocorria, obrigatoriamente, até ao último dia de cada mês. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Fundo de Maneio para a CPCJ de Alpiarça - Exercício 2023, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 04 – Proposta de Abate de Bens de Imobilizado.** -----

--- A Senhora Presidente deu conhecimento da seguinte informação: “*AUTO DE ABATE n.º 1/2022 Conforme artigo 105.º da Norma de Controlo interno do Município de Alpiarça, é da competência do órgão executivo ordenar o abate dos bens de imobilizado, sob proposta da presidente de Câmara.*”

Tipo de abate

<input checked="" type="checkbox"/>	Alienação a título oneroso
<input type="checkbox"/>	Alienação a título gratuito
<input type="checkbox"/>	Furto/roubo
<input type="checkbox"/>	Destruição ou demolição
<input type="checkbox"/>	Transferência, troca ou permuta
<input type="checkbox"/>	Devolução ou reversão
<input type="checkbox"/>	Sinistro e incêndio
<input checked="" type="checkbox"/>	Outros: Rescisão de contrato

Número de inventário	Descrição
11	Parque Ecológico dos Patudos - Rescisão da candidatura
798	Terreno Rústico Pinhal da Torre art. 39, secção 27 (alienação Soprema)
795	Terreno Rústico Pinhal da Torre art. 11, secção 24 (alienação Soprema)
946	Lote terreno 21 Zona Industrial - U 5660 (Alienação Simões Martins)
947	Lote terreno 22 Zona Industrial - U 5660 (Alienação Simões Martins)

--- A senhora Presidente referiu, que a proposta tinha a sua justificação relativamente ao cumprimento da Norma de Controlo Interno do Município de Alpiarça, sendo da competência do órgão executivo ordenar o abate dos bens de imobilizado sob proposta da Presidente da Câmara, que era exatamente o que tinha sido feito, e também constava da mesma um conjunto de elementos, como o número de inventário e a descrição do se propunha. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que se tratava de uma formalidade do órgão executivo, que estava definida na lei e, sendo da competência do órgão executivo, naturalmente cumpririam a formalidade dessa responsabilidade. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Abate de Bens de Imobilizado, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 05 – Proposta de Atribuição de Subsídio à Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1.º de Dezembro Carnaval 2023. Para Deliberação.** -----

--- A Senhora Presidente deu nota da proposta que ora se transcreve: *“Proposta de Atribuição de Subsídio à Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1.º de Dezembro Carnaval 2023 Considerando que: - As associações e coletividades são entidades sem fins lucrativos, que têm como objetivo a promoção e divulgação de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa e outras de interesse para o Município, sendo o seu trabalho de extrema importância para as populações abrangidas; - A Câmara Municipal de Alpiarça está ciente das dificuldades com que as associações e coletividades se deparam na prossecução dos seus objetivos, nomeadamente, no âmbito das deslocações que necessitam de efetuar para desenvolver as mais diversas atividades; - A Sociedade Filarmónica Alpiarcense – 1.º de Dezembro tem vindo a dinamizar a atividade do Carnaval nos últimos anos com dedicação e empenho, tendo a mesma granjeado o entusiasmo da população e contribuído para a promoção do concelho de Alpiarça. PROPONHO Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar a atribuição de um subsídio no montante de 6,300,00 € à Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1.º de dezembro para apoio na atividade Carnaval 2023. A Presidente da Câmara Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes”.* -----

--- A senhora Presidente referiu, que a proposta vinha na sequência de outras propostas semelhantes relativas à organização e à dinamização da atividade do Carnaval, que tinha sido interrompida pelos anos da pandemia e substituída, durante pelo menos um ano, por outra atividade em formato digital. Relativamente à organização da atividade em si e ao curso carnavalesco, explicou que a proposta do Município era que voltasse a ser a Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1.º de Dezembro a dinamizar aquela atividade, porque já o tinha feito de uma forma empenhada e, portanto, a atividade em si tinha granjeado o empenho, o apoio, o entusiasmo da população e tinha contribuído de uma forma evidente para a promoção do Concelho, pelo que se propunha que fosse atribuído um subsídio no montante de seis mil e trezentos euros à Sociedade Filarmónica 1.º de Dezembro para o apoio naquela atividade do Carnaval. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que era um procedimento semelhante aos procedimentos que se tinham vindo a realizar, antes da pandemia e durante a pandemia em moldes diferentes, sendo que os montantes estavam dentro daquilo que estava definido. Disse, que estava preocupado em relação ao timing em que tinha sido lançado o curso carnavalesco, uma vez que, faltava cerca de um mês e, como tal, questionava se os participantes de anos anteriores tinham sido

contactados diretamente ou não, para garantir alguma participação, porque tinha sido um evento que tinha tido sempre uma evolução positiva e uma participação grande da população alpiarcense, sendo que era importante que houvesse um acompanhamento e que se garantisse que as pessoas participavam. -----

--- Interveio a senhora Presidente referindo que, os contactos tinham sido feitos logo no início, quando se tinha publicitado aquela atividade, no sentido de se envolverem as pessoas e de as motivar para estarem no curso, que esperavam que fosse muito participado. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Atribuição de Subsídio à Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1.º de Dezembro Carnaval 2023, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**-----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal deu início ao período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra ao público inscrito. -----

--- Interveio o senhor munícipe Eduardo Costa, começando por referir que alguns pais tinham reclamado da alimentação na escola e recordou que existia um impresso que, supostamente, devia ser preenchido diariamente por alguém responsável e enviado a alguém que supervisionava a situação. Frisou, que devia haver alguém que verificasse a alimentação, nomeadamente, se era em quantidade suficiente, se estava em bom estado, se estava quente ou fria e, portanto, aquele impresso permitia monitorizar diariamente a situação, pelo que questionou se aquele impresso ainda existia. Relativamente às Águas do Ribatejo, referiu que antigamente as Águas do Ribatejo entravam no domínio das pessoas, sem avisar ninguém, para realizarem certos procedimentos, como mudar os contadores, etc, sendo que a Lei n.º 194/2019, relativa ao Regime Jurídico dos Sistemas de Abastecimento dizia que aquelas entidades tinham a obrigação de notificar o dia e a hora. Referiu que, tinha ocorrido uma situação desagradável em sua casa, quando tinham tentado mudar o contador, mas posteriormente já tinha recebido uma notificação por escrito, e no dia e hora indicada mudaram o contador. Disse, que a situação estava a ficar normalizada e que não era uma situação pontual. Frisou, que os contadores quando eram mudados, mesmo que viessem com impresso a dizer que estavam aferidos, por vezes não estavam, uma vez que, o contador novo que tinham colocado em sua casa tinha sido aferido e tinha monitorizado 10 litros, sendo que posteriormente tinha verificado que havia um erro de 5%, embora no documento que tinha recebido dizia que era 1,2%, sendo que após alertar para a situação, tinham colocado outro contador. Disse, que era importante que os Presidentes de Câmara fossem monitorizando aquelas situações, para melhoria do interesse da população e da imagem das Águas do Ribatejo. Relativamente aos diques de Alpiarça, referiu que os diques do Ribatejo tinham sido todos reparados, exceto o de Alpiarça, porque o senhor Presidente Mário Pereira tinha entendido não contribuir

com 12,5% do encargo total, e contrariamente às outras entidades, tinha argumentado que era uma responsabilidade do Governo e, como tal, não iria avançar. Questionou qual era o estado real do dique, e qual era a posição da Agência Portuguesa do Ambiente relativamente à reparação do mesmo, bem como se a Câmara mantinha a mesma obstinação, ou se estava disponível para investir os tais 12,5%. Relativamente à Barragem dos Patudos, referiu que a água estava negra, pelo que questionava se havia alguma razão para aquela situação. Frisou, que era necessário fazer uma análise de carácter químico, no sentido de se averiguar a fonte das águas estarem negras. -----

--- Interveio o senhor munícipe João Serrano, começando por referir que a AIDIA (Associação Independente para o Desenvolvimento Integrado de Alpiarça) estava a colaborar com algumas associações da região, para realizar uma concentração de embarcações tradicionais do Tejo, na altura da missa solene com o Santo Padre, no sentido de ser possível que algumas embarcações pudessem estar no estuário, de forma a saudar as Jornadas Mundiais da Juventude. Disse, que havia imensos barcos e gostaria que a Câmara Municipal de Alpiarça pudesse estar representada na bateira. Referiu, que estava em contacto com o CEARTE (Cursos de Especialização Tecnológica Restauro e Património), para que se pudesse estabelecer uma parceria alargada ao IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), para que os cursos de formação em costura, bordados e tecelagem, se pudessem transformar em cursos de longa de longa duração de 250 horas. Referiu ainda, que tinha estado no Rossio ao Sul do Tejo, em Abrantes e tinha passado ao Açude, onde tinha constatado que águas do Tejo tinham voltado a estar pretas, e achava que se estava perante um problema com descargas poluidoras, pelo que questionava se a Câmara Municipal de Alpiarça tinha algum conhecimento daquela situação. Relativamente às árvores que estavam marcadas na estrada do campo, questionou para que serviam aquelas marcas, e se seria para abate, uma vez que, não havia uma única árvore que estivesse em más condições, pelo que as árvores deviam ser todas mantidas. -----

--- Tomou a palavra a senhora Presidente da Câmara, para esclarecer relativamente às refeições, que o impresso era sempre preenchido por elementos do Gabinete de Educação, pela a senhora Vereadora ou por elementos de outros gabinetes que, eventualmente, iam à escola tomar a refeição. Disse, ainda, que havia um conjunto de professores que tomavam a refeição na cantina escolar, pelo que também eles tinham a possibilidade de fazer alguma advertência ou sugestão e, portanto, faziam a monitorização de várias formas, sendo que uma delas era através daqueles formulários devidamente preenchidos. Explicou que era interessante avançarem noutro sentido, e permitir que pais fossem à escola tomar as refeições, mas não era simples de articular, por várias razões, mas estavam a tentar implementar aquela possibilidade. Relativamente às Águas do Ribatejo, frisou que estava satisfeita por perceber que alguns aspetos iam sendo

alterados, pois por vezes era necessário detetar as desconformidades e propor a sua resolução. Relativamente aos diques, explicou que aquela era uma responsabilidade do Governo, no entanto, os autarcas faziam a pressão que podiam para que o Estado resolvesse os problemas que eram da sua competência. Referiu, que já tinha alertado para a situação dos diques, tendo também falado com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) numa primeira linha, para a avançarem com o processo de reabilitação da barragem, de limpeza do fundo e de resolução de um conjunto de problemas. Mencionou, que estavam a terminar o projeto de legalização da barragem, que não existia e que, naturalmente, teve que ser desenvolvido junto da própria APA, sendo que tinham atribuído o projeto a uma empresa que estava a fazer o levantamento das necessidades do próprio paredão da barragem. Frisou, que estava a tentar perceber se a APA tinha ou não condições para assumir aquela responsabilidade, ou se haveria uma quota parte de responsabilidade do Município, sendo que de todo o modo queriam resolver o problema, para poderem fazer intervenções, quer na Barragem dos Patudos, quer no Parque do Carril. Relativamente à Barragem dos Patudos, referiu que faziam análises praticamente de dois em dois meses, e faziam recolhas em vários pontos da barragem para verificar o estado da água, e os valores que recebiam não eram valores preocupantes do ponto de vista da existência de cianobactérias ou de outro tipo de bactérias, e não apresentavam poluentes, nem agentes químicos. Relativamente à qualidade da água da barragem, referiu que não conseguia explicar porque a água tinha umas manchas negras, sendo que existiam teorias que defendiam que era devido às chuvas, porque tinha havido alguma movimentação dos sedimentos que estavam no fundo, o que tornava a água mais escura. Relativamente à concentração das embarcações tradicionais do Tejo, disse que o Município gostaria de se associar aquela atividade, e estaria com muito gosto na bateira em representação de Alpiarça. Relativamente às descargas no Rio Tejo, mencionou que não tinha nenhuma informação, no entanto, existia um conjunto de duas ou três associações, cujo objetivo era monitorizar e ir percebendo o estado da água no Rio Tejo e, eventualmente, as mesmas poderiam ter alguma informação. Relativamente às árvores marcadas na estrada do campo, referiu que os serviços da Proteção Civil tinham feito a marcação de algumas árvores, e que estavam a tentar perceber com os especialistas quais as árvores que efetivamente estavam inviáveis e que corriam, inclusivamente, o risco de cair para a via pública. Disse, que não iria ser possível restabelecer túneis de árvores, nem outro tipo de florestação à beira das estradas num futuro próximo e num futuro longínquo, porque as estradas estavam a ficar com problemas, devido às raízes das árvores e o piso das mesmas estava a levantar. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 11h00m, da qual para constar,

se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

A Técnica da Subunidade de Administração Geral

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação. Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.